

A PARCERIA ENTRE SISTEMAS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO E O INSTITUTO AYRTON SENNA: IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE

PERONI, Vera Maria Vidal
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Brasil
veraperoni@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo analisa as implicações para o trabalho docente das estratégias da gestão gerencial propostas em parcerias entre público e o privado. Os dados foram coletados na pesquisa nacional “Análise das conseqüências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional”, que analisou a parceria entre o Instituto Ayrton Senna e redes públicas de educação em dez estados. A pesquisa objetivou analisar as conseqüências para a oferta e a gestão da educação pública dos Programas Gestão Nota 10 e Escola Campeã, os quais resultaram de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e o Instituto Ayrton Senna. As principais fontes de pesquisa foram entrevistas com secretários de educação, diretores, professores, coordenadores pedagógicos e a coordenadora dos Programas durante o período da parceria, além de documentos municipais vinculados ao tema. Dentre as principais implicações da parceria está a diminuição da autonomia do professor, que entre outros fatores fica minimizada desde quando recebe o material pronto para utilizar em cada dia na sala de aula e tem um supervisor que verifica se está tudo certo, até a lógica da premiação por desempenho, que estabelece valores como o da competitividade entre alunos, professores e escolas, como se a premiação dos mais capazes induzisse a qualidade via competição. A outra questão são as metas estabelecidas, que passam a dar mais ênfase ao produto final e não mais ao processo, como era característica da gestão democrática.

Palavras-chave: Estado e políticas públicas de educação. Trabalho docente. Terceiro setor. Parcerias público-privadas na educação básica.

Este artigo analisa as implicações para a o trabalho docente das estratégias da gestão gerencial propostas em parcerias entre público e o privado. Os dados foram coletados na pesquisa nacional “Análise das conseqüências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional”, que analisou a parceria entre o Instituto Ayrton Senna e redes públicas de educação em dez estados.

O texto está dividido em duas partes: a primeira trata das questões teórico-metodológicas da pesquisa, a outra apresenta alguns dados e análises referentes ao tema específico proposta para este artigo, as implicações da parceria para o trabalho docente.

A Pesquisa

A pesquisa objetivou analisar as conseqüências para a oferta e a gestão da educação pública dos Programas Gestão Nota 10 e Escola Campeã, os quais resultaram de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e o Instituto Ayrton Senna. As principais fontes de pesquisa foram entrevistas com os secretários de educação, diretores, professores, coordenadores pedagógicos e a coordenadora dos Programas durante o período da parceria, além de documentos municipais vinculados ao tema.

A realização da pesquisa levou em consideração a importância das peculiaridades regionais, as relações de força manifestas e as especificidades presentes na materialização de políticas governamentais, tal como afirma VIEIRA (1992, p.25)

...o grau de antagonismo atingido no confronto das forças sociais, em dado momento e em determinado lugar; os interesses e as ideologias predominantes na burocracia do estado, sobretudo nos setores responsáveis pela elaboração e pela aplicação da política econômica e da política social; a formação dos chamados técnicos; **as peculiaridades regionais**, enfim, o movimento da história destas e o de outras políticas são elementos muito mais imprescindíveis à análise”. (VIEIRA, 1992, p.25)(grifos nossos)

Procuramos, na perspectiva de atender a essa exigência metodológica, contar com a representação de pelo menos um Estado de cada região brasileira, mediante a investigação de ao menos um de seus municípios. Participaram da pesquisa dez estados:

Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí, Pará, Rio Grande do Norte e Minas Gerais.

Os dados foram coletados em três âmbitos: do Instituto Ayrton Senna, dos sistemas de ensino e da escola.

No âmbito do sistema de ensino:

1. levantamento, organização e análise de documentos oficiais relativos à criação, regulamentação e implantação do serviço objeto de cada parceria investigada;
2. entrevistas com componentes do corpo técnico de cada sistema de ensino em estudo e com responsáveis por acompanhar a implantação das parcerias,
3. levantamento, organização e análise de indicadores educacionais que evidenciem alterações na qualidade do ensino: desempenho acadêmico, evasão e retenção, formação de professores e média salarial;
4. levantamento, organização e análise de documentos oficiais relativos a composição das receitas e despesas em MDE para o período de 1997 a 2004;
5. organização e análise de dados que permitam identificar o gasto-aluno (Pinto, 2000) executado pelo município no período de 1997 a 2004;
6. levantamento, organização e análise de dados oficiais relativos ao perfil de atendimento à educação básica no município e na rede municipal durante o período de 1997 a 2004.

No âmbito da instituição privada:

- 1- levantamento e análise de documentos referentes à criação e funcionamento da instituição privada parceira;
- 2- levantamento e análise de documentos produzidos pela instituição para orientação e regulamentação das parcerias com o setor público (termos de convênios, diretrizes, material instrucional e outros);
- 3- entrevistas com responsáveis pela relação com a administração municipal para consecução das parcerias;

No âmbito das unidades educativas:

- 1- Entrevistas com profissionais da escola envolvidos;
- 2- Entrevistas com profissionais da instituição privada que eventualmente atuem na unidade escolar;
- 3- análise de atas e documentos relacionados à elaboração e implementação das ações decorrentes da parceria firmada;
- 4- levantamento e análise de documentos referentes ao processo de elaboração e implantação do projeto pedagógico;
- 5- análise de indicadores de desempenho escolar referentes ao período em estudo.

O referencial teórico-metodológico que embasa as pesquisas sobre as redefinições no papel do Estado e mais especificamente as mudanças nas fronteiras entre o público e o privado em educação, parte do pressuposto de que a política educacional não é, simplesmente, determinada pelas mudanças que estão ocorrendo na redefinição do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas mudanças. Portanto, é importante analisar a política educacional atual no contexto da redefinição do papel do Estado, que por sua vez está inserida em um movimento maior do capitalismo no qual, na tentativa de superar sua crise, foram estabelecidas, como estratégias principais, neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e Terceira Via. Estratégias essas que acabaram redefinindo as fronteiras entre o público e o privado, tanto na alteração da propriedade (público não-estatal), quanto no que permanece na propriedade estatal, mas passa a ter a lógica do mercado, reorganizando os processos de gestão (quase-mercado).

Este processo tem implicações nas políticas educacionais e, mais especificamente, na parceria público-privada, que acaba por redefinir o conteúdo das políticas públicas de educação. É a lógica privada mercantil no sistema público, tanto influenciando a gestão, quanto o currículo das escolas.

Entendemos que a política educacional é parte da materialização do Estado em um determinado período e que, por sua vez, é parte do movimento histórico em um período particular do capitalismo. Assim, concordamos com Evaldo Vieira, quando

afirma que a “política econômica e a política social relacionam-se intimamente com a evolução do capitalismo” e “qualquer exame da política econômica e da política social deve fundamentar-se no desenvolvimento contraditório da história” e, neste sentido, “em nível lógico, tal exame mostra as vinculações destas políticas com a acumulação capitalista. Em nível histórico, verifica se consistem em respostas às necessidades sociais, satisfazendo-as ou não” (VIEIRA, 2007, p.136).

O Estado, portanto, não é concebido como uma abstração, mas como parte importante da correlação de forças de um dado período histórico, como afirma Evaldo Vieira:

Não tem havido, pois, política social desligada dos reclamos populares. Em geral, o Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente no momento. (VIEIRA, 2007, p. 144)

É o que Mézàros discute como demandas integradas ao capital:

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se mostraram irreversíveis) obtidos por meio de organizações de defesa do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceder esses ganhos que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto-expansão. Hoje ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o sistema do capital como tal, pois em nossa época histórica, quando a auto-expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam [...], o sistema de capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais. (Mészáros, 2002, p. 95)

Tendo esta premissa, e com base em autores como Mézàros (2002), Antunes (1999) e Harvey (1989, 2008), defendemos a tese de que a crise atual do capitalismo é

uma crise estrutural do capital. Neste sentido, Antunes (1999) argumenta que a crise do fordismo-keynesianismo é a expressão de uma crise estrutural do capital propiciada por uma tendência decrescente na taxa de lucros:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do Neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e o trabalho, com vistas a dotar do instrumental necessário para tentar repor patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 1999, p.31).

Para o autor, a crise do Estado seria uma das conseqüências e não a causa, como afirmam a teoria neoliberal e a Terceira Via. Conforme o diagnóstico neoliberal, o Estado entrou em crise, tanto porque gastou mais do que podia para se legitimar, já que tinha que atender às demandas da população por políticas sociais, o que provocou a crise fiscal, quanto porque, ao regulamentar a economia, atrapalhou o livre andamento do mercado. As políticas sociais são um verdadeiro saque à propriedade privada, pois são formas de distribuição de renda. (PERONI, 2003)

O papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições. Já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos). (PERONI, 2006)

Os teóricos da Terceira Via concordam com os neoliberais, de que a crise está no Estado, que gastou mais do que podia em políticas sociais e provocou a crise fiscal, só que a estratégia de superação da crise para os neoliberais é a privatização e para a Terceira Via é o Terceiro Setor.

O neoliberalismo propõe o Estado mínimo e a Terceira Via propõe reformar o

Estado e repassar tarefas para a sociedade civil, sem fins lucrativos. Os dois querem racionalizar recursos e diminuir os gastos do Estado com as políticas sociais e diminuir o papel das Instituições públicas, que são permeáveis á correlação de forças, o que eles chamam de *rent seeking*¹⁷⁶, além do que, o Estado foi diagnosticado como ineficiente e o “culpado” pela crise. Como a Terceira Via não rompe com este diagnóstico, ela propõe repassar para a sociedade civil as políticas sociais executadas pelo Estado que historicamente foram conquistas da sociedade civil organizada em sindicatos e movimentos sociais. (PERONI, 2007)

O IAS e o trabalho docente

O IAS é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em novembro de 1994, cuja meta principal é “trabalhar para criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs”

(<http://senna.globocom/institutoayrtonseenna/>).

Em 2001, o IAS expande a sua atuação com uma sistemática de acompanhamento dos alunos e da gestão escolar através do Programa Escola Campeã, da rede Acelera. No início, o IAS atuava apenas em algumas classes de aceleração, mas, a partir de 2001, o Instituto passa a atuar diretamente no âmbito do sistema e em todas as escolas municipais de ensino fundamental.

O Programa Escola Campeã¹⁷⁷ foi implementado durante quatro anos (2001-2004), em 42 municípios de 24 estados brasileiros, fruto de uma aliança social estratégica entre IAS e Fundação Banco do Brasil, com apoio da Fundação Luis Eduardo Magalhães (que disponibilizou os materiais que compõe os manuais de Gestão Escolar e Municipal), Fundação Pitágoras (executora do programa) e alianças regionais da Vivo, CST e da Fundação Lemann.

¹⁷⁶ “*Rent-seeking* (captura de rendas) – Teoria [...] da política segundo a qual o intervencionismo estatal propicia ‘situações de renda’, ou seja, posições na sociedade que permitem a um agente (indivíduo, empresa, grupo) capturar vantagens superiores àquelas que obteria no mercado, onde é orientado pelos preços e ‘custos de oportunidade’”. (MOARES, Reginaldo, 2001, p. 150).

¹⁷⁷ Dados coletados a partir de informações obtidas em textos “Programa Escola Campeã” e Política de correção de fluxo, encaminhados a SMEC de Sapiiranga através do IAS e em Silva (2006).

Um dos objetivos apresentados era de melhorar a qualidade do ensino fundamental e regularizar seu fluxo, garantindo sucesso na aprendizagem dos alunos de hoje e cidadãos de amanhã. O Programa concentrou-se em iniciativas que ajudassem a desenvolver, implementar, sistematizar e disseminar metodologias eficientes que visassem ao fortalecimento da gestão municipal (ligadas às Secretarias Municipais de Educação) e da gestão escolar (voltadas às unidades escolares do ensino fundamental municipal). Dados obtidos com a ex-secretária municipal de educação dão conta que, em Sapiranga, o programa foi implantado através de uma parceria entre o IAS, Fundação Banco do Brasil e Fundação Pitágoras.

A primeira fase constituía-se no diagnóstico que o IAS fazia da educação pública com a ajuda de especialistas do IAS. Definiam-se o foco de atuação, o fortalecimento e a capacidade de gestão da educação, com o objetivo de garantir a melhoria da qualidade do ensino fundamental. A segunda fase envolvia a pré-seleção de dois a três municípios de cada estado brasileiro e o convite aos seus respectivos prefeitos para se tornarem parceiros do Programa.

A seleção do município foi realizada levando em conta critérios pré-definidos e que estavam de acordo com os requisitos estabelecidos pelo IAS. Estes foram pautados nos seguintes itens:

- Ter de 50 a 450 mil habitantes, prioritariamente;
- Ter recursos financeiros próprios para investir na melhoria da educação;
- Contar com um prefeito recém-eleito, explicitamente comprometido com a educação fundamental;
- Atuar como pólo de influencia junto às cidades vizinhas;
- Representar vários partidos políticos.

Assim, no final do ano de 2000, os prefeitos eleitos dos municípios selecionados estiveram reunidos em Brasília, quando foi apresentada a proposta do Programa Escola Campeã. Com a adesão do município de Sapiranga, iniciou-se uma nova fase na educação municipal, como informa a superintendente do então Programa Joice Silva.

Durante o ano de 2001, deu-se início ao processo de desenvolvimento de uma gestão municipal mais eficiente (Silva, 2006), através da adoção de estratégias centrais

que foram permeadas por ações como avaliação externa de desempenho dos alunos do EF, realizada pela Fundação Carlos Chagas, avaliação dos indicadores de gestão e de eficiência e implementação de um sistema informatizado de gestão educacional.

A Rede Vencer inicia em 2005, objetivando gerenciar os sistemas municipais de ensino, e engloba os programas:

- Gestão Nota 10 - presente em toda a rede do ensino fundamental, visando o gerenciamento das escolas e secretarias para melhoria da qualidade de ensino;
- Se Liga - alfabetização;
- Acelera Brasil - regularização do fluxo escolar dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental, com defasagem idade-série, mínima de dois anos;
- Circuito Campeão - gerenciamento da aprendizagem de 1^a.a 4^a. Série do E.F - Fornece dados para o gestão Nota 10.

No Programa Gestão Nota 10, o registro dos dados educacionais é feito através do Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI). Assim, indicadores de sucesso, diagnósticos da realidade educacional, relatórios de acompanhamento, intervenção e avaliações de processo e de resultado pautam o trabalho técnico realizado.

No programa “Gestão Nota 10”, é disponibilizado, pelo IAS, um material de apoio para os diretores, para ser lido e socializado com os demais colegas nas reuniões na SMEC, uma vez por mês. Todos os dados de educação (notas, avaliações, presenças, metas alcançadas), que são tabelados na escola, primeiramente pelo professor que faz o acompanhamento individual dos alunos, são repassados para a direção. O diretor, por sua vez, faz um relatório consolidado dos dados, analisando-os para verificar se as metas propostas foram alcançadas pelos alunos. Esse material é enviado para a SMEC que, então, faz outro material consolidado das escolas municipais. O material é enviado ao IAS, através do Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI), que o analisa e, de acordo com os resultados, manda o material de apoio para ser socializado entre os professores. Segundo a diretora "o trabalho com o material consolidado é avaliado (erros, acertos, a melhorar, o que é bom) em todas as esferas (escola/Secretaria/Instituto) para um melhor planejamento das metas do ano seguinte" (diretora da escola estudada).

Implicações para o trabalho docente

O apoio de capacitação profissional das Secretarias municipais advém, segundo entrevista com a coordenadora da Rede Vencer em um município pesquisado no RS¹⁷⁸, de empresas de consultoria contratadas e selecionadas pelo Instituto Ayrton Senna. A partir de 2001, no Programa Escola Campeã, o Instituto passou a atuar sem o apoio técnico do CETEB, contratando, junto com Fundação Banco do Brasil, a empresa AUGE Tecnologia & Sistemas (empresa com 100% de capital nacional privado), para gerenciar os projetos “Escola Campeã e “Rede Acelera”¹⁷⁹:

Fundada em 1995, com 100% de capital nacional privado, a AUGE Tecnologia & Sistemas é uma empresa de gestão e gerência de projetos educacionais para o setor público e privado. Seus projetos implementam metodologias voltadas para eficácia da gestão escolar, administrativa, acadêmica e pedagógica. Possui vasta experiência na utilização de sistemas de tecnologia de informação, comunicação e Internet, para o desenvolvimento de Ambientes Colaborativos de Ensino e Aprendizagem, Sistemas de Gestão Educacional e tecnologias de Gestão de Projetos Educacionais e Melhoria de Processos de Gestão Educacional. [...] a empresa consolidou sua visibilidade no cenário nacional e em 2001 foi selecionada pelo Instituto Ayrton Senna e pela Fundação Banco do Brasil como fornecedora da solução de Gestão Escolar para os projetos “Escola Campeã” e “Rede Acelera”. Em 2002 a AUGE assumiu a gerência e a execução técnica do programa “Escola Campeã”

A “missão” da empresa é “Contribuir para a melhoria dos processos de gestão educacional e de ensino e aprendizagem, através do desenvolvimento de produtos e serviços que ofereçam soluções de alta qualidade e que atendam às expectativas de inovação tecnológica e competitividade de nossos clientes.”

(<http://www.auge.com.br/aplicativos/noticia/noticia.asp?ID=145> acesso em 16 de agosto de 2010).

A empresa AUGE presta assessoria ao IAS na formação do trabalho docente. Neste sentido, é interessante conhecer a proposta de formação em gestão que tem a “empresa”, que difere completamente do princípio constitucional da gestão democrática:

¹⁷⁸ Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2008,

¹⁷⁹ Disponível em : <http://www.auge.com.br> . Acesso 13/03/2007.

Gerenciamento online da estrutura física e acadêmica das redes de ensino. Dividido em três módulos, Unidade, Servidor e Aluno, permite o controle e a automatização das rotinas administrativas, como número de unidades e ambientes, matrícula de alunos, acompanhamento da vida profissional dos servidores/funcionários, além de fornecer dados para os processos de tomada de decisão. (<http://www.auge.com.br/aplicativos/noticia/noticia.asp?ID=145> acesso em 16 de agosto de 2010)

Uma das questões que entendemos nos relatos, com implicações para o trabalho docente, foi a seleção de diretores. Entre os estudos de caso observamos que, em Campo Grande, era cláusula do termo aditivo da parceria a seleção meritória dos diretores, com prova de competência técnica para avaliação dos candidatos, mas apesar de viabilizar todas as etapas propostas sugeridas pelo IAS, o poder executivo continuou nomeando e exonerando os diretores da rede, como era antes da parceria. A prova foi elaborada pela Fundação Luís Eduardo Magalhães. Em Montes Claros/ MG, também ocorreu a realização do processo de seleção de diretores por critérios de competência técnica e por exigência do programa: “compelida pela Coordenação Nacional do PEC, que ameaçava excluir do Programa todos os municípios que não realizassem o processo seletivo de escolha de diretores – premissa da autonomia administrativa da escola, segundo o PEC – Montes Claros realizou o “Processo de Seleção dos Diretores da Rede Municipal de Ensino por Critérios de Competência Técnica” , sob a coordenação técnica da Consultoria mineira Desafios e produções LTDA. O processo seletivo ocorreu em etapas: prova escrita (eliminatória, prova de títulos e entrevista (classificatória) e validação pela comunidade escolar (classificatória e cumulativa). Em Altamira/PA, a recomendação do Instituto era de que o município adotasse critérios técnicos para a escolha e nomeação de diretores. Assim, em 2004 a SEMEC promoveu a escolha técnica dos diretores de escola por meio de provas (Língua Portuguesa, Gestão Escolar, Legislação Educacional) e entrevista, com base no Decreto nº 672 de 26/12/2003 do Prefeito Municipal. Em Joinville/SC, consta que a escolha da direção das escolas da rede, no período até 2008, dava-se sob duas formas distintas ou simultâneas: 1.

Indicação do Secretário de educação e/ou políticos (vereadores) do município. 2. Criação de uma lista feita na escola, com três indicações respeitando os critérios estipulados pela portaria acima referenciada.” (Portaria nº 027 de 01/02/05),(estudo de caso, p.15). Em Cáceres/MT, consta que:” A seleção de dirigentes para as escolas da rede, no Sistema Municipal de Ensino de Cáceres, ficou instituída ainda no ano de 1998, por meio de Lei Complementar Nº. 30, de 26/05/1998 com a escolha do diretor pela comunidade escolar, sendo que, na prática, o cumprimento desse dispositivo não acontecia na totalidade das escolas da rede pública municipal. A eleição de diretores, desde o ano de 2004, possuía o critério da continuidade de estudos em curso de aperfeiçoamento em gestão; acrescenta-se a esta, uma avaliação, mediante prova escrita, da Capacidade de Gerenciamento Específico, em atenção à parceria com o IAS. Se aprovados, os candidatos participam da eleição pela comunidade escolar.

Em Cáceres, a partir do ano de 2005, com a renovação da parceria com o IAS, o exercício da função do diretor está condicionado ao cumprimento de metas na unidade escolar, formalizado no Instrumento Particular de Parceria, de 07 de julho de 2005.

Altamira/PA também menciona que “uma das recomendações do instituto era de que o município adotasse critérios técnicos para a escolha e nomeação de diretores. Com base nessa sugestão, a SEMEC promoveu, em 2004, a escolha técnica dos diretores de escola por meio de provas (Língua Portuguesa, Gestão Escolar, Legislação Educacional) e entrevista, com base no Decreto nº 672 de 26/12/2003 do Prefeito Municipal. (...) sempre ao final prevalecia a escolha do Prefeito, quando das entrevistas realizadas com os candidatos. Atualmente, o provimento do cargo é inteira decisão do Prefeito”.

Ressaltamos ainda o estudo de caso do Altamira/PA, sobre as implicações da parceria no trabalhos docente:

Em relação ao trabalho do professor, o IAS reforçou as propostas oriundas do MEC colocando em prática a avaliação de desempenho e a mensuração de resultados e de metas. Assim, entre os 22 indicadores de gestão para a rede municipal proposto pelo IAS destacava-se o item valorização do professor que apontava a necessidade de Plano de Carreira com características determinadas, dentre elas: a) a minimização ou eliminação de aumentos

salariais para titulação adicional e para tempo de serviço; b) a criação de incentivos relacionados com o desempenho do professor ou da escola; c) pagamento por nível de atuação e não por nível de formação. Tais orientações do IAS alinhavam-se com as críticas elaboradas pelos teóricos da Reforma do Estado que estimulavam a minimização dos gastos com serviços públicos e repercutiram no terceiro Plano de Carreira dos professores da rede municipal de Altamira aprovado por meio da Lei nº 1.553 de 09 de junho de 2005. (GUTIERREZ, MONTEIRO, 2010, p.22)

Enfim, dentre as principais implicações da parceria está a diminuição da autonomia do professor, que entre outros fatores fica minimizada desde quando recebe o material pronto para utilizar em cada dia na sala de aula e tem um supervisor que verifica se está tudo certo, até a lógica da premiação por desempenho, que estabelece valores como o da competitividade entre alunos, professores e escolas, como se a premiação dos mais capazes induzisse a qualidade via competição. A outra questão são as metas estabelecidas, que passam a dar mais ênfase ao produto final e não mais ao processo, como era característica da gestão democrática.

Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.
- GIDDENS, Antony. *A Terceira Via*: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1989.
- _____. *O neoliberalismo história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- MÉSZAROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- MORAES, R. *Neoliberalismo De onde vem, para onde vai?* São Paulo: Senac editora, 2001 (série ponto futuro; 6).
- PERONI, Vera Maria Vidal. *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, Vera. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V., BAZZO, V. L. , PEGORARO, L. (org.) *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: *Revista SIMPE – RS*, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.

VIEIRA, Evaldo. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, p.9-23, mar. 1992.

_____. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez Editora, 2 ed. 2007.

SILVA, Joice Silvana Fischborn da Carla Beatris Boff, Lisete Henrich. **Escola Eficaz: uma proposta do “Programa Escola Campeã”**. Universidade Castelo Branco. PED - GESTÃO ESCOLAR, 2006 (Especialização).

Sites consultados:

<http://www.auge.com.br>

www.senna.globo.com/institutoayrtonsenna